

Invenções autobiográficas: um entrelaçamento entre o testemunho e o trauma

Autobiographical Inventions: an intermingling between the testimony and the trauma

Dayane Lacerda Queiroz¹

Resumo: Trauma, memória e testemunho são temas que, na atualidade, acometem as produções em arte, principalmente aquelas pautadas na autobiografia, ou seja, no discurso pessoal. Porém, quando se narra uma experiência é possível manter os limites entre verdade e invenção? O corpo como continuidade do mundo estabelece relações afetivas, nas quais os conceitos de ficção e realidade são borrados pela ação da testemunha, pelo efeito inaudito da narrativa do trauma. Uma sociedade cada vez mais midiaticizada e traumatizada compõe, junto a arte autobiográfica, a possibilidade de presentificação dos silêncios e das histórias pertencentes as narrativas da testemunha, e também as subjetividades e afetividades do sujeito que fala.

Palavras-chave: Testemunho; Trauma; Autobiografia; Memória; Realidade-ficção.

Abstract: Trauma, memory and testimony are themes that currently affect art productions, especially those based on autobiography, that is, on personal discourse. However when you tell an experience is it possible to keep the boundaries between truth and invention? The body as continuity of the world establishes affective relations where the concepts of fiction and reality are blurred by the action of the witness, by the unheard-of effect of the trauma narrative. An increasingly mediaticized and traumatized society composes, together with autobiographical art, the possibility of presentification of the silences and of the stories that belongs to the narratives of the witness, as well as the subjectivities and affectivities of the speaking subject.

Keywords: Testimony; Trauma; Autobiography; Memory; Reality-fiction.

¹ Mestre em Artes (02/2017) pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.
Artes da Cena
Corpo, presença, memória e autobiografia

No dia 5 de novembro de 2015 uma barragem contendo dejetos de mineração se rompeu², a lama atingiu o município da cidade de Mariana/MG, Bento Rodrigues. Mais de 600 pessoas ficaram desabrigadas, a lama deixou um rastro de destruição além de desaparecer com casas, ruas, animais, famílias e o Rio Doce³. O Rio Doce abastecia a cidade de Governador Valadares, a qual ficou completamente sem água após a catástrofe ambiental⁴. Esse é um dos vários acontecimentos que marcaram o início do século XXI. Podemos citar também a violência de Estado que através da polícia militar, matou e/ou feriu dezenas de pessoas nas manifestações contra a Copa do Mundo no Brasil, em junho de 2013. Manifestações que denunciavam o superfaturamento de obras, o despejo de famílias e as zonas de exclusão estabelecidas pela FIFA⁵. A violência cometida pelo Estado contra famílias de baixa renda pode ser constatada também no caso do pedreiro Amarildo⁶, no assassinato do ex-dançarino Douglas Rafael,⁷ e no estudo feito pela Anistia Internacional que denuncia o excesso de violência e de morte contra negros e pobres da cidade do Rio de Janeiro⁸. Esse é um recorte inexpressivo dos traumas sofridos diariamente por famílias, trabalhadores, estudantes, mulheres, negros, homossexuais, travestis, pessoas atravessadas por crimes ambientais, obstrução de justiça, abuso de poder, preconceitos, racismos e governantes que parecem não se importar com aqueles que se encontram à margem.

Os traumas da modernidade parecem atingir de forma silenciosa indivíduos que testemunham a violência gerida e gerada pelo Estado, pessoas oprimidas pelo poder do capital, pelas regras sociais que inibem e excluem e, principalmente, pelos padrões de comportamento socioculturais que ditam relações, reações e comportamentos muitas vezes violentos. A internet é uma ferramenta que prolifera rapidamente esse tipo de informação, e mesmo aqueles que não sofreram diretamente determinados traumas são afetados pelos relatos dos sobreviventes ou pelas imagens de violência, cada vez mais recorrentes nas *timelines* dos internautas.

Os sobreviventes da catástrofe de Bento Rodrigues, os moradores das favelas ocupadas pelas UPPs no Rio de Janeiro, as mulheres violentadas, agredidas e estupradas por seus maridos, companheiros e colegas de trabalhos, são só uma fatia de uma construção histórica que insiste em agredir e traumatizar sujeitos excluídos socialmente. No recente artigo “A era do trauma”, publicado na revista *Cult*, Seligmann-Silva (2015), resumidamente, define o trauma como uma resposta a eventos violentos que não são inteiramente compreendidos e retornam de forma consciente ou não. O autor propõe uma visão “traumática” do sujeito moderno, um indivíduo que é, por formação, fragmentado, já que seu “eu” é colocado em questão diante de uma série de acontecimentos violentos e traumáticos. Esse sujeito se insere em um contexto no qual é brutalmente atingido por si mesmo e pelo outro e suas definições de verdade, história e concepções totalizantes são desconstruídas constantemente. Um sujeito que é testemunha não só de um trauma, mas de um recorte social que denota a possibilidade de uma construção histórica feita e contada por indivíduos à margem, silenciados pelo tempo.

Os sujeitos que testemunham traumas, seja pela própria vivência ou por relatos nas redes sociais, encontram-se constantemente afetados por violências até então destinadas ao silêncio dos oprimidos ou a dor da intimidade. A testemunha, ou seja, o indivíduo que é acometido

² Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>; acesso em: 25 de maio de 2017.

³ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/lama-lagrimas-e-morte-a-jornada-de-fotografo-no-rio-doce,0314a4602ea54dec2268353abd80c52eb0xgs66e.html>; acesso em: 25 de maio de 2017.

⁴ Disponível em: <http://aconteceunovale.com.br/portal/?p=72725>; acesso em: 25 de maio de 2017.

⁵ Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13294>; acesso em: 25 de maio de 2017.

⁶ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/amarildo-a-historia-do-pedreiro-desaparecido-apos-ser-detido-em-upp,7f0a8e609df20410VgnVCM20000099cceb0aRCD.html>; acesso em: 25 de maio de 2017

⁷ Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/04/policia-e-acusada-de-assassinar-dancarino-douglas-rafael.html>; acesso em: 25 de maio de 2017.

⁸ Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2015/08/03/relatorio-anistia-violencia-pm_n_7925166.html; acesso em: 25 de maio de 2017

por um momento de exceção, tem suas construções subjetivas, seus afetos e sua identidade, abalados pelo não-saber, pelo vazio da incapacidade de compreensão. Dessa maneira, na atualidade, temos a testemunha como sobrevivente contínuo da era das catástrofes.

O conceito de testemunha, vinculado principalmente à Shoá, na Europa, e as ditaduras militares na América Latina, tem sido bastante discutido em diversas áreas de conhecimento. Segundo Seligmann-Silva (2001) as características do discurso testemunhal, no âmbito germânico, se inserem no evento da Shoá e tem como pessoa do testemunho o sobrevivente de uma catástrofe. Literalização e fragmentação são as principais características do discurso testemunhal, além de ser “marcado por uma tensão entre oralidade e escrita. A literalização consiste na incapacidade de traduzir o vivido em imagens ou metáforas” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 123). A literatura de testemunho, calcada no âmbito germânico:

[...] Não procura definir de modo estrito qual seria a literatura de testemunho: de um modo geral, trata-se do conceito de testemunho e da forte presença desse elemento ou teor testemunhal nas obras de sobreviventes ou de autores que enfocam as catástrofes (guerras, campos de concentração etc.) predominantemente do século XX. (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.124).

Na literatura, o conceito tem sido discutido após a percepção de diversos relatos sobre os acontecimentos de exceção. Primo Levi (1988, p.7), sobrevivente de Auschwitz, no livro “É isto um homem? ”, já aponta, no prefácio, a necessidade do testemunho não como um arquivo de documentos que serão atestados e arquivados, mas “documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. A literatura de testemunho ganha espaço nas produções narrativas e passa a representar importantes registros históricos por um viés dos excluídos, sobreviventes que tecem um mapeamento importante de dados históricos não oficiais.

O *testimonio* desenvolvido para definir as produções em torno das ditaduras militares na América latina caracteriza-se pela luta de classes e os esforços revolucionários dos oprimidos socialmente (SELIGMANN-SILVA, 2001). A literatura de *testimonio* tem como evento principal a contra-história revolucionária das Américas, à qual muitas vezes se opõe a história oficial. Difere-se da literatura de testemunho de âmbito germânico, principalmente no seu caráter de justiça e oralidade. Muitos dos *testimonios* são apresentados por intermédio de um interlocutor, alguém que coleta dados, documentos, entrevistas, e repassa para a produção literária oficial. “Ao invés da fragmentação ou da literalidade, enfatiza-se a fidelidade do *testimonio*”, ou seja, tal gênero pauta-se mais na objetividade dos fatos e “nasce da boca, não da escritura, de uma população explorada e na maioria das vezes analfabeta” (SELIGMANN-SILVA, 2001, p.126-127). Por isso a necessidade de um mediador entre o fato e a escrita.

No teatro podemos perceber que, na última década, proliferou-se o número de produções artísticas pautadas no depoimento em primeira pessoa; Festa de Separação (São Paulo, 2009); as rosas no jardim de Zula (BH, 2012); Luis Antonio-Gabriela (RJ, 2011); são alguns dos exemplos de espetáculos que têm como tema o testemunho pessoal. Porém, são peças que não vinculam o trauma/Shoá e/ou trauma/ditadura as suas construções dramáticas. Todos esses espetáculos são definidos como teatro documental, no qual a cena é criada a partir de documentos (arquivos) que atestem sua realidade. A biografia e/ou a autobiografia insere-se no discurso cênico e caracterizam-no como documental (SOLER, 2010). Outras formas de teatro que tangenciam testemunho e texto, autobiografia e cena, são:

- O Biodrama (FERREIRA, 2011; ABUJAMRA, 2013) - é uma proposta criada por Vivi Tellas (Argentina) onde (auto)biografias são utilizadas na criação de espetáculos, na maioria dos casos com não atores, borrando as fronteiras entre ficção/realidade.

- O Teatro do Real (SÁNCHEZ, 2007 apud CARREIRA, 2011; LEITE, 2014) - define-se pela emergência do real em diversos aportes da cena contemporânea e em obras onde o real se esguicha de formas distintas.

- O Artivismo (ALICE, 2012) - tem como uma de suas bases o testemunho pessoal do artista, seu engajamento político e social como pilares do trabalho.

- O Teatro Performativo (FÉRAL, 2009) - apresenta-se como uma forma de ruptura à representação, provoca ator/performer a potencializar teatralidade e subjetividade, alavancando, mais uma vez, a intimidade do sujeito como matéria-prima da criação, eliminando personagens, valorizando a persona, a presença e a fricção entre real e ficcional.

Todas essas noções possuem como base de seus discursos o testemunho, narrativas pessoais que contam traumas vivenciados pelos seus criadores. Porém, na cena, a presença e o compartilhamento ao vivo de corpos afeta o testemunho? Ou o próprio testemunho na cena afeta a testemunha? Ao se colocar em ação, a testemunha cênica desloca a lembrança do discurso para um acontecimento real, fricciona as fronteiras do testemunho e, conseqüentemente, do passado, que somente ela pôde acessar. O sujeito que se coloca em ação e narra no momento presente sua experiência passada, sobrepõe definições pré-existentes de realidade e ficção. Ele atualiza sua lembrança, objetiva sua experiência e vivencia outra diante do espectador. Pode-se supor que ele se torna a testemunha do próprio testemunho e transforma os espectadores em coautores da sua lembrança atualizada e objetivada no presente.

No livro “O que resta de Auschwitz”, Agamben (2008) discorre sobre a testemunha (sobrevivente) do holocausto, aquele que testemunhou sobre o intestemunhável. O autor apresenta os “muçulmanos”, homens-múmias, mortos-vivos, o não-homem testemunha do não-dito na experiência extrema vivenciada na Segunda Guerra Mundial.

Sendo assim, como nome do muçulmano, “quem viu a Górgona” não constitui uma designação simples. Se ver a Górgona equivale a ver a impossibilidade de ver, então a Górgona não nomeia algo que está ou acontece no campo, algo que o muçulmano teria visto, e não o sobrevivente. Ela designa, isso sim, a impossibilidade de ver de quem está no campo, de quem, no campo, “chegou ao fundo”, tornou-se não-homem. O muçulmano não viu nem conheceu nada – senão a impossibilidade de conhecer e de ver. Por isso, para o muçulmano, testemunhar, querer contemplar a impossibilidade de ver não é tarefa simples. Que no “fundo” do humano não haja senão uma impossibilidade de ver: isso é a Górgona, cuja visão transformou o homem em não-homem. Mas que seja exatamente a impossibilidade não-humana de ver o que invoca e interpela o humano, a apóstrofe a respeito da qual o homem não pode distrair-se – isso, e não outra coisa, é o testemunho (AGAMBEN, 2008, p.61).

A Shoá é o evento histórico que marca a humanidade sobre a realização da exceção como regra, do limite humano em situações não humanas, da capacidade do ser de ultrapassar o herói e reconhecer na vergonha, na dignidade e no não-dito a ambiguidade da existência. O sujeito é o arquivo pelo testemunho, o que compreende que testemunhar inclui a subjetivação do “eu” e o não-dito como a impossibilidade de testemunhar sobre o vivido. A situação extrema do holocausto nos aponta um caminho sobre o valor fabular e real do testemunho, a fábula não como uma “invenção” da experiência, mas como arquivo vivo, presente, transitório e subjetivo de vivências silenciadas. Uma ética que recorre ao ressentimento do passado para compreender o presente e faz da presença um ato político em relação ao que se foi, ao

que se é, a possibilidade ativa de reivindicar pela narrativa o depoimento marginalizado do não-dito.

No teatro, o corpo do sujeito que testemunha um trauma é a continuidade de um mundo que o afeta, ininterruptamente. A testemunha cênica provoca, na corporeidade afetiva do sujeito (ator e espectador), uma micropolítica da intimidade (LACERDA, 2017) que interfere na percepção de mundo e nas construções subjetivas e constrói imagens que são dissidentes daquelas apresentadas pela sociedade englobante. Logo, o testemunho nas artes da cena é um modo de inserir política na intimidade dos corpos e em suas respectivas representações. O que parece interessar ao testemunho na arte da presença não são mais seus arquivos (reais) ou suas narrativas (inventivas), mas sim a capacidade do sujeito de compreender que realidade e ficção se vinculam, basicamente, aos olhos e ouvidos de quem escuta e de quem observa. Ou seja, é a subjetividade do espectador que fornece potência à presença testemunhal, assim como seu olhar é capaz de inserir ficção na realidade e vice-versa, já que os sujeitos dos testemunhos fornecem à arte a capacidade de (re) invenção do real.

Ao narrar um trauma, o sujeito não só dá testemunho da história (a qual é individual e coletiva), mas coloca-se sobre a luz do sol e ilumina as trevas do seu silêncio inaudito. A reformulação da experiência, segundo Agamben (2008), é o suficiente para rejeitá-la e traz à tona não só a experiência passada, “o que temos agora pela frente é um ser para além da aceitação e da rejeição, do eterno passado e do eterno presente [...]” (AGAMBEN, 2008, p. 107), o ser que se apresenta no século XXI é aquele capaz de invadir-se, sem suprimir a presença de si, e reformular a vergonha e a culpa na capacidade de desfazer-se incessantemente. O sujeito torna-se passivo e ativo de uma receptividade elevada, íntima do próprio testemunho e faz da subjetividade o campo onde atua o narrador, onde a narrativa de si é uma compreensão, reformulação e apropriação do não-dito, do não-eu.

Segundo Agamben (2008), ninguém testemunha pela testemunha. A inexistência da testemunha da Shoá, já que os sujeitos capazes de testemunhar (os muçulmanos, os homens-múmias) foram mortos ou não conseguem falar, aponta para um possível paradigma moderno: se a testemunha é o sobrevivente traumatizado de uma catástrofe, como pode o mesmo representar um fato histórico a partir da subjetividade enfatizada pelo trauma? Relatar um fato ocorrido exige da memória um (re) lembrar afetado pelo próprio trauma da situação vivenciada pela testemunha. Como garantir a facticidade do relato? Se considerarmos o trauma nas situações limites que foram citadas anteriormente, como no caso dos sobreviventes da tragédia de Bento Rodrigues, e dos envolvidos em casos de racismo, preconceito, estupro, dentre muitos outros, podemos considerar que na modernidade o sujeito traumático, capaz de testemunhar sobre um fato, envolve-se não só como sobrevivente, mas também como indivíduo midiaticado que é bombardeado por imagens violentas e intimado a presenciar, de forma ausente, situações limites.

O trauma, gerado cotidianamente nos corpos dos oprimidos e renegados socialmente, respinga nas redes sociais como uma intersubjetividade⁹ que afeta não só a testemunha, mas também o espectador-testemunha de imagens de catástrofes. É impossível negar o fato de que violências sofridas individualmente passam a fazer parte de um imaginário coletivo com muito mais frequência e ênfase que no século passado. Isso parece afetar a relação com o trauma, tanto da vítima que é exposta e expõe, através de imagens e depoimentos, suas experiências, como dos espectadores que assistem e analisam a violência sofrida. Os virais do Facebook, como: #meuamigosecreto, #primeiroassedio, #machistasnaopassaram, só apontam para denúncias e testemunhos silenciados até então. Por exemplo, mulheres que sofrem ou sofreram violências machistas passam a reformular seus traumas e, conseqüentemente, influenciam na reformulação do trauma de outras mulheres, mas também podem gerar uma bana-

⁹ Intersubjetividade é considerada nesse texto segundo as definições de Suely Rolnik (2011), subjetividades individuais que se inter-relacionam coletivamente.

lização de determinadas violências. A testemunha do século XXI parece ser uma junção da testemunha da Shoá e dos *testimonios* da América Latina. Violências que envolvem trauma e justiça se borram com o bombardeamento de testemunhos midiáticos de momentos de exceção, os oprimidos falam e os violentados expõem. Tornamo-nos co-espectadores da era do trauma e banalizamos ou reformulamos nossa própria experiência com eventos extremos, um estresse coletivo que parece suscitar o que Hartman (2000) define como trauma-secundário.

Esse estresse é consequência do fato de que a mídia nos tornou a todos co-espectadores involuntários das atrocidades apresentadas plasticamente e a cada hora. Da reportagem da mídia sobre eventos traumáticos, dessa transmissão fluente e sem descanso de imagens violentas, poderia surgir um “trauma secundário”, afetando, desta vez, o espectador de nossos próprios circos romanos (HARTMAN, 2000, p. 208).

No mesmo texto Hartman (2000) aponta que o encontro com a narrativa, com o testemunho, pode evitar o trauma secundário. Mas, como se abster da era do trauma? Como negar a existência de acontecimentos violentos? Como não se afetar com o massacre de jovens homens negros nas favelas do Rio de Janeiro? Como negar o trauma vivido por opressões sociais e estatais, já que essas acometem de forma direta uma grande parcela da população brasileira? Esse trauma-secundário habilita o sujeito moderno ao testemunho? Ou, o trauma-secundário enfatiza uma dessensibilização em relação ao trauma? Essas são questões atuais que parecem englobar os conceitos de trauma e testemunho tanto na literatura quanto na arte em geral. As memórias individuais e coletivas passam a ser reformuladas na modernidade, assim como os conceitos de testemunho e história relacionados aos sobreviventes de grandes catástrofes

A partir desses questionamentos, passam a adentrar junto ao testemunho os processos de memória, os quais são complexos e têm sido reformulados em pesquisas relacionadas a diversas áreas de conhecimento. Na definição de Halbwachs, a memória é primordialmente coletiva (MARTINS, 2007; UMBACH, 2008, POLLAK, 1989, 1992). Aquilo que se vive individualmente é reflexo de uma coletividade. Uma memória individual, a qual é experienciada somente por um indivíduo, resulta de processos coletivos. “[...] em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p.3). Segundo o teórico, uma memória individual precisa ter pelo menos um ponto de contato com a memória coletiva para que a mesma possa se fundir com uma base comum. Ao contrário da proposta de Halbwachs, Pollak (1989) propõe que a valorização dos discursos marginalizados compõe um novo olhar sobre a história e afeta as concepções de memória coletiva.

As memórias subterrâneas, aquelas escondidas pelos oprimidos dentro do discurso oficial, trouxe junto a história oral a importância de reivindicar outros tipos de registros históricos silenciados pela história oficial. “[...] ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p.4). A memória proibida e assassinada pelas ditaduras e regimes opressores, por exemplo, começa a vir à tona através da cena cultural e por diversificados meios de comunicação, o que representa a importância da valorização de discursos clandestinos que foram, durante muito tempo, apagados pela história dominante.

Para além de uma disputa de memória e um lembrar silenciado, temos a memória, abordada por uma visão cartesiana, como algo fixado e enrijecido. Porém, “a memória e a imaginação tem a mesma origem: lembrar e inventar têm ligações profundas” (KESSEL, s/d, p.1). A memória está diretamente ligada ao presente, ela se modifica e se rearticula de acordo com os processos afetivos, emocionais, sociais e culturais que a pessoa estabelece. Segundo Ribe-

ro (2013), a memória possui algo de efêmero ao se tratar de atualização e rememoração. Ela comporta na sua reconstituição aspectos inventivos, os quais surgem a partir de “restos, lapsos, emoções, marcas”, e a inserem em certa “transitoriedade” (RIBEIRO, 2013, p.46). Ao lembrar, o sujeito vive outra vez a experiência, mas vive de forma distinta. Ele imagina, atualiza, sente, compara e estabelece novas conexões de acordo com o presente e as possibilidades futuras (RIBEIRO, 2013). Portanto, podemos considerar que a memória possui invenção e emoção, as quais se relacionam não só ao passado, mas às vivências do momento presente.

No depoimento pessoal, o sujeito recorta uma lembrança e a transpõe para o discurso presente. Mas, ele não somente fala sobre o passado, ele revive-o, de forma atualizada, e reinventa sua história e as emoções de acordo com o momento presente. O que mais importa na narrativa de si parece ser as lacunas proporcionadas pelo não-dito. No caso dos depoimentos pessoais ancorados pelo testemunho, os vazios, a fragmentação das frases lembradas, da palavra silenciada e do discurso como tentativa de formação de uma identidade narrativa, aparecem como consequência de uma memória atualizada. É o “entre” proporcionado pelos silêncios em contraposição às palavras que sugere a narrativa de si uma constante tematização, a qual se caracteriza por uma complexa formação e reformação da identidade pessoal (STRAUB, 2009).

Ao ser abordada pelo método metalinguístico (BARTHES, 2013) a enunciação da narrativa do “eu” precisa ser desmascarada pelas diversas facetas pela qual é composta. São camadas subjetivas, sensíveis, relacionais e simbólicas que esboçam uma possível “comunicação testemunhal”. O não-dito, o vazio, a imagem escondida na formação da linguagem parece compor os traços que caracterizam o discurso autobiográfico. Ao mesmo tempo, a identidade do sujeito em formação e reformação é construída simultaneamente à narrativa de si, o “eu”, em sua dimensão temporal, “deve ser entendido como uma identidade narrativa” (STRAUB, 2009, p.82). Ou seja, a identidade pessoal é formada e reformada constantemente pelas inconstâncias do eu, seus processos emocionais, subjetivos, temporais e relacionais. Já “A história de vida como experiência do tempo pessoal é [...] um tempo narrado devido à relação ‘interior’ intrínseca entre o tempo e a história (STRAUB, 2009, p. 82). A temporalidade do “eu” é compreendida em Straub (2009) como uma identidade narrativa. Portanto, a inconstância do “eu” atinge diretamente a formação de uma identidade pessoal e, conseqüentemente, de uma identidade narrativa. Ao narrar-se a si mesmo o sujeito atinge não só a formação de um outro viés de comunicação intralinguístico, mas um espaço de tematizações onde leitor, autor, contextos e discursos se inter-relacionam na formação de identidades pessoais e, conseqüentemente, narrativas. O testemunho torna-se, portanto, um ato de influência na desterritorialização das subjetividades contemporâneas.

Inseridos em uma crise de representatividade do tempo-espaço, e por cada vez mais experiências sintéticas, artificiais e tecnológicas, os sujeitos acometidos pela instabilidade identitária encontram nos discursos de testemunho “um aparente descrever de uma vida e de um eu [...]” o que o torna “cada vez mais um reescrever relacional e especificamente localizado de formas variáveis de uma existência em transição” (STRAUB, 2009, p.80). Os rastros e lacunas deixados pela fragmentação cada vez mais constante dos discursos autobiográficos surgem como um reflexo de um contexto globalizado e tecnológico, no qual sujeitos aprendem a se reinterpretar e se reinventar constantemente. Daí a importância do testemunho, principalmente na arte da presença. Estar em ação e relacionar-se afetivamente entre corpos, dá ao testemunho a possibilidade de interposição entre subjetividades e afetos. Entranha-se junto a identificação narrativa pessoal a constatação de semelhança das instabilidades, incertezas e traumas dos sujeitos. O corpo que vive uma experiência não é mesmo que narra, porque, segundo Bakhtin (2011), não existe semelhança entre narrador e autor, já que vivenciar uma experiência é diferente de a narrar. Logo, pode-se supor que o testemunho nas artes aproxi-

ma os sujeitos e compõe a formação de novas possibilidades subjetivas capazes de tangenciar indivíduos, espectadores e traumas.

Atualmente, vivencia-se uma sociedade que é traumatizada não só pela violência cada vez mais midiática e constante, mas também por uma desterritorialização das subjetividades, das certezas e das identidades. Falar sobre testemunho, no século XXI, é falar sobre sujeitos fragmentados, indivíduos traumatizados diariamente e silenciosamente. Os aspectos transitórios da memória também influenciam o discurso testemunhal, e denotam ao mesmo tempo suas incertezas, invenções e fragmentações. A arte da presença, que se estabelece a partir da narrativa testemunhal, potencializa o convívio entre ator e espectador, além de provocar análises micropolíticas nas quais a intimidade e o não-dito se tornam partes essenciais do testemunho como obra de arte. Os corpos presentes no testemunho borram as fronteiras entre ficção e realidade, já que suas próprias subjetividades e identidades encontram-se em constante reformulação. A memória que deu origem ao testemunho é atualizada no momento presente e é afetada pelo olhar atento de quem observa (dentro do seu próprio trauma) a (re) formulação de uma nova experiência.

O cineasta Tarkovsky (1998, p.30) comenta que, “Em geral, a poesia da memória é destruída pela confrontação com aquilo que lhe deu origem”, (re) lembrar um acontecimento traumático choca o corpo com a rememoração em um momento presente. A poesia do esquecimento fricciona real e ficcional, e fornece à presença a instabilidade do passado como matéria que impulsiona o corpo presente. A ação da testemunha é o estar, é a posição do sujeito enquanto narrador instável da própria história, da própria verdade inventiva.

A modernidade produz traumas secundários ou não, nos quais os sujeitos autobiográficos dão testemunho das imagens violentas que beiram seus imaginários cibernéticos. Ainda não podemos prever a influência do acúmulo dessas imagens das redes sociais nas construções subjetivas das pessoas, mas é possível supor que os *smartphones* se tornaram um álbum de fotografia onde as subjetividades depositam tempo e, sobretudo, afetividades. Se o sujeito moderno constrói sua referência estética em imagens inimagináveis, qual sua referência para construir a narrativa dessas imagens? Se a violência tem sido constante nas telas dos celulares, como dar testemunho de um trauma inenarrável, de uma imagem inimaginável?

Referências:

- ABUJAMRA, Marcia. A alma, o olho, a mão ou o uso da autobiografia no teatro. **Revista Sala Preta**.v.13, São Paulo, p.72-85, 2013.
- AGAMBEN, Giorgio. **O Que Resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALICE, Tânia. A potência autoficcional na construção da cena performática. In. **VII Congresso Científico de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas da ABRACE**. Porto Alegre, 2012, p.1-7.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CARREIRA, André. A Intimidade e a Busca de Encontros Reais no Teatro. **Revista Estudos da Presença**. v.1, nº2, Porto Alegre, p.331-345, 2011.
- FÉRAL, Josette. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. **Revista Sala Preta**, São Paulo. v.8, p.197-210. 2009.
- FERREIRA, Iglia. Teatro Biográfico: A experiência do Biodrama na Argentina. In. **VI Reunião Científica de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas da ABRACE**. Porto Alegre, 2011, p.1-5.

- GINZBURG, Jaime. Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema da teoria da autobiografia. In: GALLE, Helmut (et al.) (Orgs.). **Em primeira pessoa**. Abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH-ESP, 2009, p. 123-131.
- HARTMAN, Geoffrey H. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTRÓVSKI, Arthur; LEITE, Janaína. Três tentativas de dizer o indizível: a experiência de criação de Conversas com meu pai. **Revista Sala Preta**.v.13, São Paulo, p.153-163, 2014.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000, p. 207-235.
- KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva**. Disponível em: http://www.museudapessoa.net/public/editor/mem%C3%B3ria_e_mem%C3%B3ria_coletiva.pdf; Acesso em 20 de nov de 2015.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. **Textos de História**, v.15, n. ½, p.35-48, 2007. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/958/625>; Acesso em: 20 de nov. 2015.
- MERCADO, Tununa. Testemunho, Verdade e literatura. In: GALLE, Helmut (et al.) (Orgs.). **Em primeira pessoa**. Abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH-ESP, 2009, p. 31-36.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 200-2012, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>; Acesso em 20 de nov de 2015.
- POLLAK, Michael. Memória e esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n. 3, Rio de Janeiro, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>; Acesso em 18 de nov de 2015.
- RIBEIRO, Mônica. Memórias da dança-improvisação: acontecimento do corpo. In: TOLEDO, Mônica (Org.). **Performances da memória**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, p. 46-59, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. **Letras**, n. 22: “Literatura e autoritarismo”, Santa Maria, RS, p.121-130, jan/jun. 2001
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A era do Trauma”. A psicanálise e a compreensão do indivíduo moderno. **Revista Cult**, ano 18, n.205, São Paulo, p. 46-51, 2015.
- SOLER, Marcelo. **Teatro Documentário: a pedagogia da não ficção**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- STRAUB, Jurgen. Memória autobiográfica e identidade pessoal. Considerações histórico-culturais, comparativas e sistemáticas sob a ótica da psicologia narrativa. In: GALLE, Helmut (et al.) (Orgs.). **Em primeira pessoa**. Abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; FAPESP; FFLCH-ESP, 2009, p. 79-94.
- UMBACH, Rosani Ketzer. Memórias de repressão e literatura: algumas questões teóricas. In: UMBACH, Rosani Ketzer (Org). **Memórias da Repressão**. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL-UFSM, 2008, p.11-20.